



Inscrições

As inscrições são efetuadas presencialmente na Sede, na Secção Administrativa e de Apoio, ou através do e-mail administrativa@mais.pt.

O **Formulário de Inscrição em Alojamento** para férias está disponível no site, para ser preenchido com todos os dados solicitados e submetido diretamente por e-mail. No caso de se verificar existir apartamento disponível para o período pretendido, o pedido é confirmado e fica registado, provisoriamente, até 60 dias antes da data de entrada. **Neste período, a reserva tem de ser efetivada ou é automaticamente cancelada e eliminada da aplicação de faturação.**

A efetivação da reserva consiste no pagamento e receção de documento comprovativo na Secção Administrativa e de Apoio.

Este processo fica concluído com a emissão da credencial (voucher) para apresentação na receção do empreendimento, que garantirá o acesso ao apartamento.

Épocas e condições de reserva

A reserva de apartamentos inicia-se a partir das 09h00 do dia 2 de janeiro de 2026.

No período de 30 de maio a 11 de setembro só se aceitam reservas com o mínimo de 7 noites consecutivas e com entrada ao sábado. Fora deste período só se aceitam reservas com o mínimo de 3 noites consecutivas.

Condições e modalidades de pagamento

O pagamento da estadia pode ser efetuado de uma só vez, por cartão de débito ou por transferência bancária, para o IBAN PT50 0018 0000 0029 5061 001 96.

Também se pode optar por pagamento fracionado, em prestações mensais nunca inferiores a €120,00 (cento e vinte euros) e no máximo de 10, através de débito direto implementado pela entrega de documento SEPA a obter na Secção Administrativa e de Apoio. Neste caso, a última prestação tem de ser liquidada até ao dia 26 de dezembro de 2026. Não se aceita pagamento em dinheiro.

Nota: no preço não está incluído o valor da taxa turística dos empreendimentos que estão obrigados a aplicar este imposto, por determinação legal do município onde se integram.

Condições de cancelamento e penalizações

O pedido de cancelamento tem de ser apresentado por escrito, pelo sócio, ou por elemento do seu agregado familiar quando houver impedimento de o fazer pessoalmente, com a indicação do nome e nº de sócio, identificação do apartamento reservado e descrição detalhada dos motivos do cancelamento.

O reembolso total da quantia só ocorre no caso de falecimento ou internamento hospitalar do sócio, ou de familiar direto, devidamente comprovado e aceite pelo Sindicato.

O cancelamento por outros motivos que não os referidos anteriormente implica:

- 1) A perda de 25% do custo total da inscrição, se o pedido entrar na Secção Administrativa e de Apoio até 30 dias antes da data de entrada no apartamento;
- 2) A perda de 50% do custo total da inscrição, se o pedido entrar na Secção Administrativa e de Apoio com menos de 30 dias antes da data de entrada no apartamento.

Pedidos de cancelamento apresentados em situações de estado de emergência e calamidade, devido a restrições de circulação ou outras situações a que o Sindicato é alheio, serão analisados face ao regime legal aplicável.

Condições de acesso e utilização dos apartamentos

A entrada nos apartamentos efetua-se a partir das 16h00 e a saída tem de estar concretizada até às 10h00, sem prejuízo de outras condições particulares que sejam praticadas pelos empreendimentos.

Para efetuar o check-in na receção do empreendimento, o sócio tem de apresentar o voucher emitido pelo Sindicato e um documento de identificação.

A partir do momento em que é efetuado o check-in, o sócio e acompanhantes estão sujeitos à obrigatoriedade de respeitar e cumprir todas as normas existentes. Eventuais danos provocados no local de estadia que venham a ser imputados aos utilizadores do apartamento e reclamados pelos seus proprietários, são da exclusiva responsabilidade do sócio, que se compromete e obriga a reparar.

Cada alojamento não poderá ser utilizado por um número de pessoas, incluindo crianças, superior ao que for indicado na credencial (voucher) e divulgado no *flyer* de cada empreendimento. O MAIS Sindicato declina toda e qualquer responsabilidade pelos danos e incómodos que possam surgir a quem não respeitar esta regra.